

POR UMA MILITÂNCIA SINDICAL AFIRMATIVA, ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

“A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se
NEGRA é uma conquista.”

Lélia Gonzales

Josiane Nazaré Peçanha de Souza¹ e Eliane Souza Peçanha²

1- Resumo:

O presente artigo pretende apresentar o processo de consolidação de uma militância sindical afirmativa³, antirracista, decolonial, interseccional, dentro de um sindicato dos profissionais da Educação Pública. Iremos apresentar a construção de uma militância sindical cada vez mais atuante, em relação à luta pela implementação das ações afirmativas e na discussão interseccional, junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, dentro do núcleo do Sindicato dos Profissionais da Educação de Niterói (SEPE-Niterói). Através da articulação do Coletivo de Combate às Opressões, focalizando nesse artigo principalmente, o processo de consolidação da discussão e materialização da luta antirracista e decolonial (CLAUDIA; RIASCOS, 2016).

Decolonizadora, pois através de nossas ações junto aos profissionais da Educação, propulsiona ou enaltece a construção de práxis insurgentes, dando visibilidade a outras epistemologias, uma contra-colonialidade do pensamento. Articulando aqui a implantação das ações afirmativas: as leis 10.639/03 e 11. 645/08, que obrigam o ensino da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena. Essa militância afirmativa começou a se aprofundar no segundo semestre do ano de dois mil e quinze, nascendo a partir dos programas de chapa que compõem a direção colegiada.

¹ Professora da rede municipal de ensino de Niterói, orientadora pedagógica em Duque de Caxias, especialista em Direitos humanos, diversidades e questões sociais e raciais, em História e Cultura afrobrasileira e africana e mestranda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Faz parte da ABPN e do GPMC, professor Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ).

² Professora de Geografia da rede estadual de ensino e da rede municipal do Rio de Janeiro. Formada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Ambas dirigentes e Secretárias de Combate ao Racismo do Sindicato dos profissionais da Educação (SEPE-NITERÓI).

³ Conceito construído pela Dirigente sindical Josiane Peçanha.

Discutiremos e comprovaremos, tanto através da análise da realidade sociopolítico e econômica, nacional, estadual e local, na qual a Educação pública vem sendo diretamente influenciada, quanto uma discussão teórica-metodológica, do quanto uma militância sindical afirmativa, se faz necessária, junto aos profissionais da Educação pública. Apontando a necessidade de retomada da luta também para todo o Estado do Rio de Janeiro, conforme podemos perceber que ocorreu, até aproximadamente o ano de 2007, através do SEPE-CENTRAL (OLIVEIRA, 2012, p. 178).

É Antirracista, pois capaz de potencializar nos profissionais da Educação interesse em conhecer, estudar, desenvolver e lutar principalmente por uma Educação antirracista: ao denunciar e lutar contra as formas de Racismo existentes em nosso país, denunciando o mito da Democracia Racial. Construindo também uma Educação decolonial: que busca através das ações/teorizações dos movimentos sociais, a valorização de epistemologias e práticas emergentes, desobedientes e combatentes das outras opressões interseccionais nos tempos e espaços educativos públicos, num cenário mundial e nacional cada vez mais neocapitalista, invertendo a lógica de um sistema-mundo eurocentrado, em que presenciamos o acirramento do machismo, do sexismo, da xenofobia e do racismo a níveis alarmantes.

Palavras-chave: militância sindical afirmativa – interseccional – decolonial

2- Justificativas e panoramas gerais das lutas:

O presente artigo tem como premissa mostrar como foi pensado o projeto chamado de sindical, a partir da necessidade, de se consolidar a discussão de uma militância sindical mais atuante em relação à implementação das ações afirmativas, junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, logo a construção do conceito de militância sindical afirmativa, antirracista. Reconhecendo que da década de 90 até os anos de 2007, o SEPE-CENTRAL iniciou a militância, no sentido de reafirmar a importância das ações afirmativas na educação pública da rede estadual. Preocupando-se com a formação continuada dos profissionais da educação nesse sentido, principalmente os professores de História, conforme nos conta Oliveira (2012, p. 178). No entanto,

focalizaremos essa discussão em nosso núcleo de Niterói, visto que também, não há documentado ações anteriores as nossas, inclusive nesse estudo citado acima.

Alguns militantes e profissionais da Educação, nas gestões anteriores do SEPE-NITERÓI, discutiam algumas vezes sobre essa necessidade, de travar uma luta mais aprofundada em relação ao combate ao racismo, (também ao machismo e lgbttqifobia), nas assembleias e outros espaços coletivos de construção de mobilizações e lutas. Mas ficava mais como um manifesto, através de falas e reivindicações orais. Havia ações e projetos educativos muito significativos desenvolvidos em algumas escolas, mas ainda isolados e não envolvendo vários profissionais da Educação, alunos e as algumas comunidades escolares que compõem ambas as redes de ensino.

Começou a se consolidar, em dois mil e quinze, a partir dos programas de chapa que compõem a direção colegiada, no mês de setembro, a importância de se reafirmar daquilo que conceituo, como uma **militância sindical afirmativa, decolonial, antirracista, (anti-machista e anti-lgbttqifóbica), também interseccional**⁴.

Uma **militância** capaz de potencializar e ouvir todxs os profissionais da Educação interesse em conhecer, estudar e desenvolver práticas insurgentes outras, construtoras de outros currículos e metodologias, como ensino obrigatório da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, para combater o Racismo na Educação e na sociedade brasileira. Discutindo as formas de Racismo existentes em nosso país e capaz de denunciar o mito da Democracia Racial, num pensamento decolonial, de denúncia, mas também de mudança estrutural. Que busca através das ações/teorizações dos movimentos sociais, a valorização de epistemologias outras e combatentes das outras opressões interseccionais nos tempos e espaços educativos públicos. No entanto, focalizaremos a discussão sobre a luta racial.

Para localizarmos projetos que apresentam intersecções com o pensamento decolonial, é preciso considerar as iniciativas que foram pautadas na solidariedade e na cooperação, na subversão favorecida por práticas comunitárias e desobedientes. Por isso, qualquer proposta educacional terá que partir de uma escuta sensível (no sentido de rever as suas insuficiências em termos do que não conseguimos desnaturalizar a violência também epistêmica e que pode gerar proposições de estratégias) que nos levem a descolonizar nossos corpos e nossas práticas discursivas. (MIRANDA e RIASCOS, p. 570, 2016)

⁴ Categoria instituída por Kimberlé Crenshaw que contribui para dar visibilidade a todas as características ou orientações outras que eram subalternizadas/marginalizadas nas práticas e discussões institucionais no escopo dos direitos humanos, aprofundando principalmente a discussão sobre discriminação racial de gênero.

Além da decolonialidade de nossos discursos, inclusive nas Assembleias desenvolvidas, promovendo a mudança da compreensão sobre o mundo até então, a visão do grupo privilegiado, das relações socioculturais, políticas, econômicas e assim educacionais, aperfeiçoamos constantemente a luta mobilizadora constante construída em nosso sindicato. Num contexto brasileiro atual em que enfrentamos ataques severos aos direitos civis, políticos, econômicos e trabalhistas, que há muitos anos não se presenciava, com tamanha intensidade, em nosso país, desde os duros anos de chumbo da Ditadura Militar. Principalmente em relação a população negra, que se vê ameaçada em sofrer ainda mais racismos e exploração mais desigual e desumana de sua força de trabalho.

Fazemos essa luta sindical afirmativa, decolonial, acreditando fortemente na necessidade de articulação entre as categorias de raça-classe-gênero, visto que a riqueza construída em nosso país, foi conquistada graças a exploração escravizada, desumanizada e animalizada de trabalhadores negros e negras, indígena, subalternizados e animalizados em suas forças de trabalho.

Os negros e negras sequestrados ao longo de 300 anos foram desterritorializados de sua terra mater africana, expropriados de sua organização étnico-racial, de sua cultura, de sua organização política, social, econômica e espiritual, inclusive educacional. Mas que resistiram e se reinventaram étnico-racialmente, através de inúmeras formas de lutas negras no decorrer da escravização, conforme nos contam historiadores como Amílcar Pereira (2012, 2013) e Carolina Vianna Dantas (2012, 2013).

Portanto, nesse país/lugar em que a colonialidade do pensamento ainda rege, segmenta, disciplina e hierarquiza os corpos e mentes de trabalhadores e trabalhadoras negras, mulheres, indígenas e lgbtts, precisamos enquanto sindicato com militância afirmativa e interseccional, articular as categorias de análise classe, raça e gênero, para darmos contas de analisarmos toda a complexa rede de exploração fomentada atualmente pelo sistema Capitalismo. Sistema esse que gradua essa expropriação da força de trabalho, a medida que esses corpos e mentes representam mais ou menos diferenças e potências, em fomentar pensamentos e práxis desobedientes, principalmente epistemológicas.

Os marxistas negros aprofundando as categorias de análises de Karl Marx, potencializou uma nova discussão, de raça e classe, quando Malcon-X afirmou, assim como percebeu Steve Biko, Ângela Davis e Abdias Nascimento, que “O capitalismo costumava ser como uma águia, mas agora se parece mais com um urubu, sugando o sangue dos povos. Não é possível haver capitalismo sem racismo” (SILVA, 2014).

No entanto, apesar de também considerarmos essas contribuições de marxistas negros, temos a necessidade urgente de nos alicerçar em outras categorias de reflexão, de análise e de construção de conhecimentos mais amplas. Que consigam responder as complexas realidades globais de acirramento de desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais pautadas na marginalização e nos genocídios das diversidades étnico-raciais e de gênero de nossa complexa realidade brasileira. Portanto é necessário estabelecermos um paradigma mais desobediente.

Estamos presenciando inclusive reedições de práticas escravocratas, fruto da colonialidade que persiste ditando ideologicamente, a partir do sistema-mundo do branco europeu, os lugares dos *outros*, escolhidos dentro de constructo do sistema colonial, a lugares de subalternidades e animalizações para todos os não-brancos (CLAUDIA; RIASCOS, 2016). Percebemos o aumento no número de desempregados e da exploração do trabalho dos terceirizados, sendo a grande maioria constituída de trabalhadoras negras. Na zona rural, propõem o aumento dos anos e equiparação da contribuição previdenciária com os trabalhadores da cidade.

E ainda há vários casos, de negros e negras atingidos pela escravização moderna, que quase foi legalmente restaurada, nesse mês de outubro de dois mil e dezessete, nas regiões mais rurais de nosso país: com o Supremo Tribunal Federal permitindo que trabalhadores possam ser remunerados em troca de alimentos e casa. Realidade grave, com negras e negros sendo direta e concretamente afetados, num país com cerca de 54% de negros autodeclarados que seguem reféns e vítimas históricas, da exploração colonial. Que se reedita a cada década, sob a proteção do mito da Democracia Racial. Colonialidade pois desde o “pós-abolição”, como herança escravagista, que ideologicamente naturaliza a animalização/marginalização/extermínio do povo negro (índio) que segue praticamente intocada.

Para além disso, estamos presenciando no Rio de Janeiro, também como um dos desdobramentos dessa colonialidade, um grande ataque à Educação Pública. Especialmente na Rede Estadual de Ensino, quando o governo Luiz Fernando Pezão/Dornelles, através da SEEDUC, vem promovendo um verdadeiro desmonte da rede. Por meio de resoluções que inviabilizam o trabalho do professor, reduzem drasticamente o número de escolas do ensino médio e por fim, extingue o ensino fundamental na rede estadual. O que na prática significa o fechamento de mais de 600 escolas em todo estado do Rio de Janeiro. Lutamos ativamente contra os fechamentos, que impregnados por racismo institucional e ambiental, ocorreram em sua maioria, nas

escolas de periferias urbanas e no interior do Estado, como exemplo o fechamento da EJA, voltado para o atendimento de famílias periféricas, no Colégio Estadual Brigadeiro Castriotto.

Vivenciamos ainda o desmonte proposital da UERJ, FAETEC e redes municipais de ensino, afetando principalmente os jovens negros, mulheres e a classe trabalhadora. Mais jovens fora da escola, aumento da violência, justificado assim o genocídio do povo negro que é segregado inclusive em territórios amplamente desassistidos em termos de políticas públicas fundamentais para a sobrevivência e o bem viver.

Pensamos que a resistência se faz através da luta e que a luta se fortalece, quando há formação política, político-pedagógica, unidade e luta. Neste sentido, o COLETIVO de COMBATE às OPRESSÕES DO SEPE-NITERÓI constitui um grande passo para a unidade entre trabalhadores, estudantes e a sociedade em geral. Precisamos de uma luta sindical antirracista, decolonial e interseccional, que fortaleça a classe trabalhadora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Que inclua aqueles que persistem marginalizados, que seguem como “*os outros*” nessa colonialidade do poder, também dentro da classe trabalhadora da Educação, em nosso país.

3- Como lutamos para o desenvolvimento desse pensar/fazer novo sindical?

Se faz extremamente necessária e urgente, potencializar nos trabalhadores da Educação para que percebam que vivemos numa sociedade brasileira racista, excludente, opressora, patriarcal, machista, sexista e lgbttfóbica. Potencializando-os criticamente para a transformação social.

Procuramos potencializar esse olhar e esta ação educadora e mobilizadora ao consolidar inicialmente um grupo de trabalho (como tudo começou). Que foi capaz de planejar e construir metodologias, envolvendo sempre todos os profissionais da Educação que se identificam como negras, negros, indígenas, mulheres e lgbtts e apoiadores brancos, inclusive em suas outras interseccionalidades, com auto-formação, auto-determinação, auto-organização e mobilização.

Envolvemos nesse processo, alunos e alunas de escolas públicas, assim como familiares. Envolvemos também militantes de movimentos sociais, pesquisadores e estudiosos, que tenham relação com nossas pautas de lutas, enfim, todos aqueles que lutam por uma escola pública mais igualitária e que prezam pela justiça social.

Além de atuarmos nos espaços deliberativos, como assembleias, reuniões de direção, plenárias, grupos de trabalho e outros. Recorremos a outras metodologias: Rodas de Leitura, Aulas-passeio, Boletins informativos, Sarais, Debates e Cine-debates, Seminários, passeatas e outras mobilizações de forma periódica. Realizamos ainda Rodas de Estudos; Mostras de trabalhos, como já explicado; Encontros; Reuniões e audiências com a FME, Secretaria de Educação; manifestos; abaixo-assinados e outras metodologias que surgirem, manifestações de rua sobre as pautas de luta antirracista, sexista e lgbttqifóbica que envolvam a cidade e o Estado do Rio de Janeiro.

Nas mostras de trabalhos os profissionais apresentaram suas práxis insurgentes, antirracistas, feministas. assim como realizamos mobilizações dentre outras metodologias, para potencializar o desenvolvimento, por parte dos profissionais da Educação e dos alunos envolvidos, olhares críticos e ações transformadoras, assim como contra-currículos, dentro da Educação Pública. Para desenvolverem práxis comprometidas por construir currículos e metodologias outras. Capazes de valorizar as memórias, a cultura e a História dos que são marginalizados em nossa sociedade, nesta questão aqui abordada, das negras, negros e indígenas, das mulheres e dos lgbttqis. Para desenvolverem uma Educação decolonial⁵. O que também está em consonância com o que diz Hooks (2013):

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos (HOOKS, 2013, p. 20).

⁵“Caterine Walsh (2008, p.45) define: uma proposta de pedagogia decolonial; uma possibilidade de pôr em cena o racismo, a desigualdade e a injustiça, de vislumbrar caminhos e práticas voltadas à transformação. Pensamos com a autora uma interculturalidade concebida como projeto social, político, ético e epistemológico. A decolonialidade, por sua vez, é no bojo a estratégia, a ação e o requisito (idem, ibidem). Na composição de um quadro teórico sobre os outros lugares discursivos advindos dos movimentos sociais, seriam esses os incrementos necessários para o relevo das disputas político-pedagógicas aqui em destaque. Processos decoloniais podem ser oportunidades de estabelecermos diálogos mais inter, menos hierárquicos nos projetos educativos, nas formas de pensarmos as políticas públicas e no modo de representarmos as políticas públicas e no modo de representarmos os outsiders negros, nos termos de Edward Said (1995).” (MIRANDA, 2014, p. 1072).

Também construímos discursos outros junto às assembleias, combatendo a lgbttqifobia, o preconceito de raça, materializado, por exemplo, no genocídio da população negra (inclusive discutindo sobre mortes de adolescentes e jovens assassinados nas comunidades e favelas da cidade, em ações da Polícia). Discutindo a discrepância política e econômica existente em relação ao mercado de trabalho. No que diz respeito às mulheres de maneira geral, principalmente às mulheres negras e lgbttqis, em comparação ao homem, branco e cisgênero, que é uma forte marca da sociedade patriarcal, racista, heteronormatizadora e opressora, em que vivemos. Portanto refletindo também sobre as interseccionalidades existentes nas discriminações de raça, dentro da categoria gênero, graduadas pelas tonalidades de peles negras. (CRENSHAW, 2002).

Ainda, com o renovar de pensamentos, discursos e de nossas ações, nas mobilizações ocorridas envolvendo a categoria de profissionais da Educação de ambas as redes de ensino, também na luta contra a emenda 98. Que foi introduzida no Plano Municipal de Educação de Niterói. Emenda para proibir a discussão em relação à gênero e diversidade, pelo Programa Escola Sem Partido. Programa que cerceia a pluralidade de pensamentos e concepções pedagógicas. Desrespeitando a cátedra dos professores e a Constituição Brasileira, assim como a LDB/96, dentre outras importantes leis nacionais e inclusive mundiais. Portanto a fim de combater o machismo, a lgbttqifobia que tem crescido em nossa cidade e na luta pela vida das mulheres, também participamos das Marchas das Mulheres Negras e das Mulheres (o #M8).

Vemos e lutamos portanto, contra a implementação de ideologias como a “Escola com mordaza ou Sem Partido”; que também promove a crescente intolerância e racismo religioso, especialmente contra religiões de matrizes africanas e aumento do machismo, a lgbttqifobia. Defendemos que quaisquer tipos de opressões devem ser combatidos, tanto no chão da escola, quanto em outros espaços de luta e resistência, como os sindicatos. Principalmente se for um sindicato que defende a Educação

Também participamos na luta pela soltura de Rafael Braga, que se distingue pelo caso mais grave de racismo institucional e estrutural existente em nosso país.

Estamos lutando por uma Educação pública, antirracista, decolonial, que seja capaz de valorar conhecimentos e saberes negros e ameríndios, germinando a partir do respeito às raízes ancestrais uma Educação Intercultural: enquanto construção coletiva, diversa, democrática, pois dialógica e dialética. Que respalde a busca por um tempo de justiça social: tão reivindicada e perseguida por todos aquelas e aqueles que lutam.

Reivindicamos a auto-organização e a auto-determinação dos oprimidos: formato de militância que foi aprovado em vários momentos deliberativos e de luta. Pois somente assim, as ditas minorias majoritárias, alcançam o fortalecimento individual e coletivo necessário para a construção de uma nova sociedade e de uma nova Educação.

Frente a ineficiência dos governos junto aos interesses e necessidades populares, fruto de um projeto político e econômico, de ser mínimo em promover e garantir uma educação pública de qualidade social para todos, vemos o sindicato também como um espaço legítimo de auto-formação dos profissionais da Educação. Além das mostras de trabalho, desenvolvemos rodas de conversa e seminários Novembros Negros.

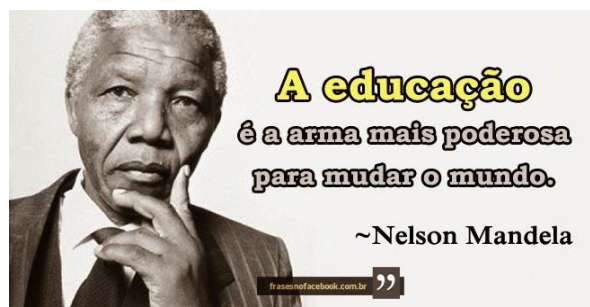
Mesmo assim realizamos reuniões com a Secretaria Municipal de Educação de Niterói para cobrar nossos direitos em termos uma Formação Continuada e aumento salarial, cobrando valorização profissional de forma mais ampla. Dentre outras metodologias, que foram também capazes de pressionar os governos para que cumpram a sua função política e social, junto aos servidores e da população. Mas também atuamos para valorizar o compromisso e o esforço profissional da categoria em construir a educação pública desejada, fortalecendo-a enquanto unidade e coletividade, estabelecendo-se também como espaço não formal de formação.

(...) Desde uma abordagem decolonial de educação, interessa investigar outras fronteiras epistêmicas que nos coloquem para além dos muros das instituições do Estado. Espaços ditos “não formais” mudam de status quando aceitamos a relevância dessas ambiências de formação e autoformação. Sob esse ideário, adota-se eixos mais flexíveis para mediações interculturais, que se alinham ao pressuposto das pedagogias alternativas, emergentes, decoloniais, conforme nossa interpretação do quadro analítico defendido por Catherine Walsh (2013;2014). (MIRANDA e RIASCOS, p. 564, 2016)

Portanto a nossa sindical afirmativa visa dar organicidade a nossa luta, de negros e negras, mulheres e lgbttqis por reconhecimento, visibilidade, com respeito ao protagonismo, dando vez e voz, lutando pelos direitos trabalhistas, políticos, econômicos, culturais e civis. No que tange a questão racial também se expressam na luta e na garantia do ensino de nossa história, cultura e memória na Educação Pública de nossa cidade, tanto municipal, quanto estadual. Entendendo a Educação como mola propulsora da transformação social, política e econômica no Brasil, capaz de construir uma sociedade que tenha de fato, uma democracia racial e de gênero.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam

meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. (FREIRE, 1996, p.40)



Fonte: www.frasesdefacebook.com

4- Os Objetivos do Coletivo de Combate às Opressões:

Os objetivos principais que englobam a nossa Militância sindical afirmativa e interseccional consistem em: construir um grupo de trabalho (como tudo começou), formado por negras, negros, lgbtts e mulheres, com total autonomia e protagonismo. Numa perspectiva auto-organizativa, auto-determinante e de auto-formação. Entendendo a classe trabalhadora como força de trabalho, mas também atentos a questão que a grande maioria, são aqueles que passam por uma série de opressões, provenientes do Sistema Capitalista opressor, excludente, heteronormatizador, racista, patriarcal, sexista e lgbttqifobico. Visto que as explorações capitalistas sobrecuem com mais intensidade sobre as ditas minorias majoritárias.

Estamos sempre auto-formando profissionais da Educação (alunos e suas famílias que participam) a respeito da história e cultura afrobrasileira, africana e ameríndia, constituinte da memória, cultura e história da cidade de Niterói. Proporcionando conhecimentos a respeito das histórias de resistências de negras, negros e indígenas. E potencializar resistências frente às desigualdades socioeconômicas políticas que recaem de modo genocida sobre pobres e/ou negros, descendentes de ameríndios, portanto o fortalecimento identitário dos mesmos se faz imprescindível.

Imprescindível para potencializar a esperança-ação na construção de uma nova sociedade brasileira, uma nova organização super e infraestrutural. E possibilitar a ressignificação dos currículos e metodologias escolares, em ambas as redes educacionais,

através da valorização das ancestralidades indígenas e afrobrasileiras e africanas, em suas culturas e histórias outras e as múltiplas culturalidades.

Também temos como objetivo potencializar a integração e parceria com Universidades, grupos de estudo, movimentos sociais, movimentos de mulheres, negros, indígenas, etc. Fazendo uma rede colaborativa de aprendizado, construção e reconstrução de conhecimentos com dialogicidade, criticidade e participação ativa, para envolver todos os profissionais da Educação. Proporcionando o embasamento necessário para que se possa construir e desenvolver práxis insurgentes, com outras epistemologias, no interior das escolas. Para fazer frente às ideologias como a Escola com Mordça, que possuem visões preconceituosas, homofóbicas, racistas, machistas.

5- Que mudanças possibilitamos ou potencializamos?

Percebemos uma mudança de conscientização a partir dessas lutas que desenvolvemos através do Coletivo de Combate às Opressões. Paulatinamente, nesses três anos de atividades desenvolvidas junto aos profissionais da Educação e alunos, entendendo-os como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997). Os envolvidos em todas as nossas lutas travadas, tem aumentado suas consciências em relação as suas importâncias históricas. Enquanto negras e negros, (mulheres e lgbttqis), com o fortalecimento de identidades e solidariedades de gêneros e raciais, se vendo como sujeitos críticos, ativos e transformadores na Educação e sociedade. Mas ainda temos muitos atores a alcançar.

Percebe-se um fortalecimento em relação aos seus pertencimentos negros e/ou individualidades ou interseccionalidades outras, quanto a sua corporeidade, historicidade, intelectualidade, importância política, cultural e em relação a memória e história, individual e principalmente coletiva. Promovendo a transformação e resistência coletiva nesta mesma realidade, de modo dialético e dialógico, enfrentando o racismo e denunciando o mito da democracia racial. Rumo a construção de uma nova Educação pública, uma nova sociedade brasileira e de um novo sistema, com um pensamento decolonial.

6- Referências Bibliográficas:

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Estudos Feministas*. Los Angeles, Universidade da Califórnia. Ano 10, p. 171-188, 1º Semestre de 2002.

DANTAS, Carolina Vianna. **Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas**. In.: *CADERNOS PENESB*, Niterói, n. 12, 4ª ed., p. 135- 146, 2013.

_____.; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-98.

FANON, F. **Peunouret masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2004.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

GIROUX, Henry A. **Os Professores como Intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** (tradução de Marcelo Brandão Cipolla) – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.

GONZALEZ, Lélia. ENTREVISTA À REVISTA SEAF, REPUBLICADA EM UAPÊ REVISTA DE CULTURA N.º 2 . **“EM CANTOS DO BRASIL” A DEMOCRACIA RACIAL: UMA MILITÂNCIA**. Acesso em: <http://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 19 de abril de 2016.

MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny Milena Quinões. **Pedagogias Decoloniais e Interculturalidades: Desafios para uma Agenda Educacional Antirracista**. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 21, n.3, p. 545-572, 2016.

- MIRANDA, Claudia. **Afro-colombianidade e outras narrativas: a Educação Própria como agenda emergente**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.19, n. 59, p. 1053-1076, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. **Construção da Identidade negra no contexto da globalização**. CADERNOS PENESB, Niterói, n. 4, p. 61-83, 2002.
- OLIVEIRA, Iolanda; GONÇALVES, Petronilha (orgs). **Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Anped, p. 17-36, 2003.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **História da África e dos africanos na escola: Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. **Por uma autêntica democracia racial? Os movimentos negros nas escolas e nos currículos da História**. Revista História Hoje, v. 1, p. 111-128, 2012.
- SANTOS, N.S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SILVA, João Bosco da. **Malcon X e o “racismo do capitalismo”**. <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/>. Acesso em: 15 de julho de 2018.
- WALSH, C. **Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamento outro desde la diferencia colonial**. In: LINEA, A.; MIGNOLO. W.; WALSH, C. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Educaciones del signo, P. 17-51, 2014.
- _____ (org.) **Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. 1 ed., Equador: Abya Yala, v. 1, p. 15-18, 2013.